

O testemunho e a literatura

letrônica

Kelvin Falcão Klein¹

A categoria de testemunho tem sido usada, no debate contemporâneo das ciências humanas, como referência para a reflexão sobre o trauma vivenciado por indivíduos em situações extremas. São frequentes, portanto, as menções a regimes totalitários, genocídios e campos de concentração, que são as imagens mais definitivas do que podemos entender por situações extremas. A geografia considerada é também bastante ampla, abarcando desde os *gulags* da União Soviética até os campos de detenção montados por Pinochet nas ilhas da Terra do Fogo – passando, é claro, pelas outras ditaduras latino-americanas, os genocídios cometidos na África e no Leste Europeu e também os campos de extermínio dos nazistas na Segunda Guerra Mundial. Muitas línguas também estão nesse processo, pois o testemunho envolve, necessariamente, a linguagem e a tentativa do sujeito, aquele envolvido na violência, de dar conta dessa linguagem para, a partir daí, comunicar sua experiência.

Segundo o filósofo italiano Giorgio Agamben (2008), a reflexão sobre esses cenários de violência extrema, e a análise dos discursos produzidos pelas subjetividades expostas a eles, pode contribuir para “fincar cá e lá algumas estacas que eventualmente poderão orientar os futuros cartógrafos da nova terra ética” (p. 21), uma preocupação que já manifestava Hannah Arendt, quase cinquenta anos antes, no prefácio ao seu amplo estudo *Origens do totalitarismo*, em 1950: “a dignidade humana precisa de nova garantia, somente encontrável em novos princípios políticos e em uma nova lei na terra, cuja vigência desta vez alcance toda a humanidade” (ARENDR, 1989, p. 13). A partir disso, o testemunho apresenta-se como uma via possível para a demarcação desse novo terreno. Cabe, então, a pergunta: o que é o testemunho?

¹ Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação do Prof. Dr. Raul Antelo. Bolsista do CNPq.

O conceito de testemunho condensa, em sua circulação teórica, questões que sempre problematizaram a reflexão sobre a literatura, uma vez que no testemunho estão em questão as fronteiras entre o literário, o fictício e o factual (cf. RICHARD, 1999). Outro ponto fundamental a considerar quanto se trata de testemunho é que ele, em sua efetividade discursiva, sempre remete a uma ética da escrita, uma operação de Viver-Junto, para utilizar a expressão de Roland Barthes (2003). Nesse sentido, o testemunho na literatura evoca, além do ficcional, o histórico, que remete ao contexto localizado no tempo e no espaço de onde emerge o trauma, a violência que o gerou.

Ou seja, ao mesmo tempo em que partilha com a literatura o seu procedimento, sua abertura para a linguagem, o testemunho veicula também uma crítica da postura que força a realidade ao puro texto, onde tudo é ficção e tudo é relativo. O testemunho, a partir da literatura, empreende uma reflexão sobre a representação, seus limites, modalidades e gêneros. Essa é uma discussão que encontrou grande repercussão principalmente com as obras de Michel de Certeau, *A escrita da história* (1982), e de Jacques Le Goff, *História e memória* (1994). Nesta última obra, *História e memória*, o historiador Jacques Le Goff escreve: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1994, p. 477).

O testemunho de que se ocupa, por exemplo, Giorgio Agamben, em seu livro *O que resta de Auschwitz*, é aquele dado pelos sobreviventes dos campos de extermínio nazistas. Essa é provavelmente a vertente mais trabalhada dentro dos estudos sobre o testemunho – e muito desse cenário deve-se a uma intervenção midiática sobre o debate. Basta lembrar os muitos filmes já realizados sobre o tema, dois entre eles destacando-se tanto pela linguagem quanto pela projeção mundial: o filme *Shoah*, de Claude Lanzmann, de 1985, um documentário com mais de nove horas de duração, com depoimentos e reconstruções históricas e documentais; e também *A lista de Schindler*, de Steven Spielberg, que, junto com Lanzmann, deu o apoio para a criação de muitos arquivos audiovisuais que recolheram depoimentos de sobreviventes dos campos de extermínio nazistas.

De qualquer forma, independente de um possível debate acerca da saturação midiática desses estímulos (uma crítica que poderia vir com Jean Baudrillard ou Gilles Lipovetsky) a preocupação com a divulgação crítica desse cenário de violência e de extermínio está em consonância com aquilo que Jacques Le Goff escreve acerca da memória coletiva: é necessário um trabalho que reflita em libertação para a humanidade, e não em servidão, uma

Letrônica, Porto Alegre v.3, n.1, p.321, jul. 2010.

memória coletiva que sirva de base para a construção de um novo cenário, um cenário de coerência ética e política, conforme a indicação, citada anteriormente, de Hannah Arendt.

No campo literário a utilização do tema é vasta e bastante complexa, com fases e ênfases distintas ao longo dos anos. Alguns relatos testemunhais de sobreviventes dos campos de extermínio, como Primo Levi e Jean Améry, surgiram logo após a libertação e o fim da guerra. Outros relatos demoraram muitas décadas para surgir, como é o caso das memórias de Ruth Kluger e Ana Novac, publicadas, respectivamente, sob os títulos *Paisagens da memória* e *Os belos dias de minha juventude*. Alguns esforços foram realizados para documentar os julgamentos posteriores à guerra, como *Eichmann em Jerusalém*, de Hannah Arendt, e, no campo ficcional, *Operação Shylock*, de Philip Roth – este último uma interessante reflexão acerca do afã israelense de achar culpados a qualquer custo. Pensadores contemporâneos como James E. Young (2000) e Marianne Hirsch (1997) utilizam a expressão “pós-memória” para refletir acerca da onda de relatos em segunda mão que surgiram nos últimos anos, ou seja, relatos de filhos de sobreviventes que não escreveram e relatos de filhos de não-sobreviventes (outra vertente é aquela dos relatos de filhos de ex-oficiais nazistas). Nesse campo se destaca a produção de *Maus*, o relato feito em formato de quadrinhos por Art Spiegelman, cujo pai sobreviveu aos campos de extermínio nazistas – uma experiência que permeou, nem sempre de forma positiva, todos os elementos de sua vida posterior.

Outra vertente produtiva da utilização da memória da Segunda Guerra Mundial no campo literário é aquela que evoca o lado alemão do conflito. O romance de Bernhard Schlink, *O leitor*, adaptado ao cinema, é um bom exemplo do trabalho de memória que opera também do lado dos idealizadores do campo. O escritor alemão W. G. Sebald é responsável por um longo ensaio, intitulado *História natural da destruição* (2004), no qual reflete acerca do trabalho coletivo de esquecimento posto em prática na Alemanha do pós-guerra – e seu romance *Austerlitz* funciona como uma contrapartida ficcional para sua reflexão. *As benevolentes*, romance caudaloso do escritor Jonathan Littell, vencedor do Prêmio Goncourt em 2006, é um extenso relato em primeira pessoa que conta a trajetória de um oficial nazista durante a Segunda Guerra Mundial, desde o início da invasão polonesa, passando pelos ajustes do programa Solução Final (que redundaria nos campos de extermínio) até o fim da guerra, quando o narrador consegue escapar das tropas soviéticas ao trocar seu uniforme de oficial pelo uniforme de um operário. No contexto literário latino-americano dois títulos se destacam no tratamento da questão nazista da Segunda Guerra Mundial: *La literatura nazi en América*, do escritor chileno Roberto Bolaño, e *Amphitryon*, do mexicano Ignacio Padilla.

O testemunho decorrente da Shoah², ou seja, a grande quantidade de escritos que apareceu ao longo dos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, é um ressurgimento da experiência e da possibilidade de veicular essa experiência em relato. Há, portanto, uma distância com relação ao diagnóstico que Walter Benjamin expressou tanto em seu ensaio sobre o narrador quanto em seu ensaio sobre a experiência e a pobreza (BENJAMIN, 1994). Para Benjamin, a guerra de trincheiras havia emudecido os homens de forma irreversível – contudo, não havia possibilidade de se prever o extermínio nazista, que, com todo seu horror até então inimaginável, tem impelido seus sobreviventes ao testemunho, ao dizer, como forma de homenagem à memória daqueles que não sobreviveram.

Agamben, no livro referido acima, *O que resta de Auschwitz*, afirma que há, no latim, dois termos para representar a testemunha: *testis*, aquele que se coloca como terceiro quando há dissenso entre outros dois, e *superstes*, aquele que experimentou algo, que “atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso” (AGAMBEN, 2008, p. 27). Essa feição do testemunho como *sobrevivência* é que desemboca na literatura, principalmente no caso da obra de Primo Levi, à qual Agamben faz referência continuamente. Primo Levi, italiano de nascimento, foi prisioneiro em Auschwitz e, já em 1947, publica seu primeiro livro sobre o campo: *É isto um homem?*, no qual trata de sua chegada ao campo e sua rotina como trabalhador especializado, já que era químico e foi designado para a indústria. Depois desse primeiro título, publica outros dois: *A trégua*, de 1963, e *Os afogados e os sobreviventes*, de 1977. O primeiro deles trata da volta para casa logo após a libertação do campo de Auschwitz, uma jornada de durou meses e atravessou países; o segundo é uma radiografia reflexiva acerca do ressentimento que permanece dos judeus para com os alemães.

O testemunho compreendido como o discurso produzido depois de um trauma, afirma Agamben, é uma categoria que questiona as próprias bases da linguagem – questionando, desta forma, também o fazer literário. Se o espaço do autor de um enunciado é um espaço vazio, que diz respeito e remete, simultaneamente, tanto à língua de forma geral quanto ao

2 Esse é o termo escolhido por muitos estudiosos do testemunho quando se faz referência aos campos de extermínio nazistas, naquilo que se convencionou chamar “Holocausto”. Giorgio Agamben, em *O que resta de Auschwitz*, faz uma análise etimológica do termo “holocausto” e afirma que não é adequado: “o termo não só supõe uma inaceitável equiparação entre fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica. Por isso, nunca faremos uso deste termo. Quem continua a fazê-lo, demonstra ignorância ou insensibilidade” (AGAMBEN, 2008, p. 40). Agamben informa que o termo “holocausto” foi utilizado nos primeiros tempos da igreja cristã como forma de condenação aos rituais e sacrifícios judaicos, e que o termo deslizou também para definir os mártires da igreja, aqueles que se entregavam à morte por vontade própria. O holocausto indicaria uma entrega total a causas sagradas e superiores, o que não é, nem de longe, o caso dos campos de extermínio, além de ter, historicamente, forte carga antisemita. O termo substituto seria, então, “Shoah”, que significa “devastação” em hebraico.

dito específico da enunciação, o sujeito que emerge desse embate é sempre cindido, está sempre comprometido com uma impossibilidade – impossibilidade de expressar integralmente aquilo que experimentou. Por isso que “o testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar” (AGAMBEN, 2008, p. 147).

A posição do sujeito no testemunho é muito complicada. Agamben retoma Primo Levi quando este declara que a testemunha, em última análise, não existe, pelo simples fato de que aquele que experimentou o campo de extermínio em sua totalidade está morto, ausente, desprovido de discurso, silenciado – “testemunha integral é aquele que não podemos ver” (AGAMBEN, 2008, p. 161). Escreve Agamben: “A autoridade da testemunha reside no fato de poder falar unicamente em nome de um não poder dizer” (AGAMBEN, 2008, p. 157). E mais adiante: “dar testemunho significa pôr-se na própria língua na posição dos que a perderam, situar-se em uma língua viva como se fosse morta, ou em uma língua morta como se fosse viva” (AGAMBEN, 2008, p. 160). Mais do que um relatório ou uma lembrança de fatos visando um fim estético, o testemunho decorrente dos campos de extermínio nazistas, conforme a concepção de Agamben, está necessariamente atrelado à vivência dos fatos, e oscila permanentemente entre sua indizibilidade e o imperativo ético de sua enunciação. Com relação a essa questão, a afirmação de Beatriz Sarlo é relevante: “o sujeito que fala não escolhe a si mesmo, mas foi escolhido por condições também extratextuais” (SARLO, 2007, p. 34), ou seja, o sujeito que testemunha foi arrastado pela história. Sua condição de escritor é o resultado de uma contingência.

No início do capítulo “O arquivo e o testemunho”, o último de *O que resta de Auschwitz*, Agamben aproxima Michel Foucault de Émile Benveniste para produzir uma teoria da enunciação que termine por dar conta do testemunho do “muçulmano” - esse era o nome dado, nos campos de extermínio nazistas, aos sujeitos que já estavam mais próximos da morte do que da vida, comportando-se como zumbis, como autômatos. A arqueologia do saber de Foucault, afirma Agamben, está em consonância com uma ramificação do trabalho final de Benveniste, interrompido por conta do acidente que lhe deixou afásico. Ambos tocaram a questão de uma semântica da enunciação, ou seja, mais do que a consideração teórica de frases e proposições, uma reflexão sobre os enunciados, sobre o fato do texto ter lugar, *acontecer* (AGAMBEN, 2008, p. 139-141).

A relação do sobrevivente, aquele que responde pela vida, com o muçulmano, aquele que responde pela morte, coloca em prática, com o testemunho, essa oscilação constatada no

interior da linguagem. O sobrevivente, para dar seu testemunho, ocupa um lugar vazio – e esse lugar vazio é também nomeado por Michel Foucault em suas considerações sobre a função autor em um texto, conforme a retomada de Agamben (2008, p. 149-151). O testemunho, para afirmar sua diferença, precisa estar atrelado a um sujeito que fala daquilo que viveu, daquilo que experimentou. Por isso a polêmica que surgiu com o lançamento de *Fragmentos*, originalmente em 1995, em 1998 no Brasil, o livro com as memórias do sobrevivente Benjamin Wilkomirski. Descobriu-se, certo tempo depois, que Wilkomirski chama-se, na realidade, Bruno Doessekker, e que não é judeu e tampouco passou pelos campos de extermínio. Suas memórias são, portanto, uma fraude.

A partir disso observa-se a necessidade do testemunho estar ligado a um sujeito real, com uma biografia determinada que lhe permita efetivamente *dizer sobre*. O livro de Wilkomirski/Doessekker está correto quanto aos fatos, quanto ao horror, quanto ao medo que uma criança sentiria em um campo de concentração, contudo, o manejo dos instrumentos ficcionais é somente uma parcela do testemunho, e o fato de Doessekker ser uma farsa esvazia seu relato (pesquisado e construído, mas não *vivido*) de sentido. Beatriz Sarlo, em seu livro *Tempo passado*, no qual analisa a retórica do testemunho e a dimensão da experiência no contexto dos regimes totalitários, afirma que “a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado” (SARLO, 2007, p. 24), o que reitera a importância de se localizar um sujeito na história quando se fala em testemunho.

Por conta dessa intervenção radical sobre a linguagem, o testemunho instaura para si um espaço literário diverso. Márcio Seligmann-Silva, no ensaio intitulado “Literatura e trauma: um novo paradigma” e incluído no livro *O local da diferença*, procura mapear justamente esse desconforto que se dá entre o testemunho, a literatura e o sujeito que se coloca entre os dois. “A narrativa do testemunho”, escreve Seligmann-Silva, “permite que o sobrevivente estabeleça uma ponte com o 'tu' ilhado que existe dentro dele” (2005, p. 71). Aquele que testemunha muitas vezes separa uma parte de si para continuar vivendo – e essa movimentação psíquica transparece também na forma mesma do relato.

O “eu ilhado” é um mecanismo de defesa, e a escrita da experiência funciona como uma tentativa de aproximação das duas esferas, aquela que segue vivendo e aquela que está ligada ao trauma. Seligmann-Silva também afirma que faz parte da “economia psíquica do sobrevivente” a negação e a culpa por aquilo a que foi submetido nos campos (2005, p. 72). O sobrevivente questiona constantemente a própria natureza dessa sobrevivência – e trabalha o luto por aqueles que não sobreviveram através de seu testemunho. Essa dimensão de dúvida

que habita o cerne do testemunho é o que Seligmann-Silva denomina *teor testemunhal* do literário, ou ainda, a capacidade que a literatura tem de reler e rescrever a história a partir das violências que permanecem ecoando no literário (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 76-77). Dentro da esfera do testemunho (a necessidade abstrata que o sobrevivente tem de fazer algo com a memória daqueles que não sobreviveram) a literatura opera como um catalisador, fazendo o trauma circular re-significado, questionando os interditos e as lacunas desse trauma, propiciando, desta forma, o trabalho da memória.

Ao contrário do que propõe Albin Lesky (1971) quando fala do trágico, ou seja, que algo vivido no passado (um trauma, a violência) permanece sempre inconcluso e não oferece oportunidade de resolução, o trauma moderno dos campos de extermínio tem no testemunho uma maneira de confrontação, de mobilidade. A tragédia clássica visava a catarse, que partia de uma crença na irreducibilidade do julgamento divino e, portanto, de uma resolução do trauma que estava além da vida. No caso dos regimes totalitários de nosso tempo, os véus metafísicos caíram, uma vez que a violência está posta entre um homem e outro – não há transcendência possível, já estamos posicionados no palco do julgamento.

Beatriz Sarlo, no livro citado anteriormente, *Tempo passado*, reflete justamente sobre essa fuga do trágico empreendida pela concepção contemporânea do trauma, do testemunho e da literatura daí decorrente. O trauma, como aponta Márcio Seligmann-Silva em seu ensaio (2005, p. 75-77), é uma tarefa não dominada, uma realidade que foge do controle e que é, a partir disso, apreendida como crime cometido, agindo continuamente sobre a temporalidade complexa da economia psíquica. A partir desse cenário, aponta Beatriz Sarlo (2007, p. 28), aparece a “memória como instância reconstituidora do passado” - uma memória que busca no relato a chance de reconstituir seus passos perdidos e levar, finalmente, à visualização do trauma.

O discurso testemunhal, mais do que aquele que se declara histórico (ou historicista), explora o anacronismo inerente ao trabalho da memória, justamente pelo fato desse anacronismo ser incontornável. Por conta de sua inexorabilidade, o anacronismo é escamoteado pelo discurso histórico clássico, que termina por buscar uma resolução utópica para os fatos, ainda que somente para fins didáticos. O discurso testemunhal, por outro lado, explora a dimensão anacrônica de toda rememoração histórica, pelo simples fato de que o anacronismo, a falta contra a cronologia e a sucessão apaziguada do tempo, é o elemento que torna possível a reflexão historiográfica. Segundo Georges Didi-Huberman (2003), o anacronismo fabrica a história – e completa Beatriz Sarlo: “no testemunho o anacronismo é **Letrônica**, Porto Alegre v.3, n.1, p.326, jul. 2010.

mais inevitável que em qualquer outro gênero de história” (2007, p. 59). São as texturas temporais contraditórias que armam o discurso possível da memória e da história – esferas que são essencialmente heterogêneas.

“O passado recordado está perto demais”, afirma Sarlo (2007, p. 60), “e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente”. Sarlo faz essa observação por conta de todas as reivindicações políticas que acompanham o discurso da memória. A retórica testemunhal extrapola sua primeira condição terapêutica (instrumento para a resolução do trauma) para, em um segundo momento, explorar certa conotação moral inerente a sua enunciação. A utilização da primeira pessoa no relato é fundamental nesse cenário: o testemunho em primeira pessoa funda sua autoridade sobre o vivido, tornando o debate e o questionamento categorias pouco confortáveis, como se o sofrimento do sobrevivente autorizasse de antemão uma compreensão do contexto histórico traumático. Dito de outra forma: a compreensão direta do contexto histórico traumático seria uma espécie de compensação ao sofrimento. Beatriz Sarlo sustenta, contudo, que é preciso se afastar da “simples noção consoladora de que a experiência por si só produz conhecimento” (2007, p. 70). É necessário, portanto, situar-se criticamente diante do testemunho, consciente de que sua enunciação está atravessada por dispositivos que demandam posicionamentos éticos e políticos por parte daqueles que o leem.

A questão se torna ainda mais delicada na junção do uso da primeira pessoa com o anacronismo, uma vez que a tendência do discurso testemunhal que se volta ao passado é ler este passado com os olhos e o instrumental do presente. Esse é o anacronismo inerente a toda interpretação histórica. O que varia é o grau de preocupação com relação à possibilidade de ler o passado com os olhos do passado. De modo que o discurso testemunhal pode ser problematizado a partir de sua relação com um passado que é sempre revisitado, e nunca apreendido de forma pura. A narração testemunhal que foge desse cenário problemático, ou seja, que desconfia da verdade da primeira pessoa como produto direto de um relato (e de sua experiência prévia), é uma narração que recorre a uma “modalidade argumentativa”, nas palavras de Beatriz Sarlo (2007, p. 69). Esse tratamento argumentativo advém da crença de que o vivido não consegue tornar-se simplesmente visível, comunicável, trazendo já consigo o instrumental necessário para sua elaboração e compreensão: “Todo testemunho quer ser acreditado, mas nem sempre traz em si mesmo as provas pelas quais se pode comprovar sua veracidade; elas devem vir de fora” (SARLO, 2007, p. 37).

A repercussão crítica contemporânea acerca do testemunho tem muita relação com a **Letrônica**, Porto Alegre v.3, n.1, p.327, jul. 2010.

discussão sobre a morte do autor, levantada sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. A emergência ou o ofuscamento do sujeito é a oscilação que determina um dos eixos principais da questão do testemunho. A partir das reflexões de Michel Foucault e Roland Barthes o autor passa a ser uma posição vazia. A subjetividade aparece como um efeito discursivo que pode ser manipulado e investido de maior ou menor ênfase dependendo da intenção e do espaço de ação pretendido. Paralelo a isso, relatos testemunhais dos mais diversos lugares começaram a surgir, fazendo com que a subjetividade e o sujeito, ainda que portando feições distintas, voltassem a fazer parte da pauta dos debates. Os regimes totalitários do Leste Europeu e da América Latina contribuíram para a emergência dessa nova política da memória, sobretudo por conta dos relatos veiculados por seus dissidentes.

Ao longo das três últimas décadas, portanto, formou-se uma base ampla formada por uma grande quantidade de relatos testemunhais – um sistema expositivo que demanda uma leitura crítica, ou seja, uma acumulado de exposições em primeira pessoa que requisitam investidas críticas que possam extrair as lições do “teor testemunhal” dos textos, para usar a expressão já mencionada de Márcio Seligmann-Silva.

Essa é, portanto, uma das facetas da crítica contemporânea (da literatura e das artes): estar atenta para a repercussão que o trauma atinge nos objetos que a arte produz. Indo além, é possível afirmar que a crítica passa a estar atenta às marcas que os regimes totalitários, tão próximos de nós no tempo, deixaram nos procedimentos artísticos que nos envolvem. As gerações se sucedem e o tratamento estético dessa violência torna-se cada vez mais complexo, exigindo novas posturas e novas ferramentas. A nova terra ética, comentada por Giorgio Agamben e Hannah Arendt, passa por uma sensibilidade artística que dê conta das violências intrínsecas ao seu desenvolvimento, manifestadas seja pelo silêncio, seja pela voz. A arte está aí para mostrar que é possível apropriar-se criticamente da violência, ao invés de simplesmente vivê-la, repeti-la e sofrê-la.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BARTHES, Roland. *Como viver junto*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. “O anacronismo fabrica a história: a inatualidade de Carl Einstein”. In: ZIELINSKY, Mônica (org.). *Fronteiras: arte, crítica e outros ensaios*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- HIRSCH, Marianne. *Family frames; photography, narrative and postmemory*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- LESKY, Albin. “Do problema do trágico”. In: _____. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- LITTELL, Jonathan. *As benevolentes*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- RICHARD, Nelly. “Políticas da memória e técnicas do esquecimento”. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SEBALD, W. G. *On the natural history of destruction*. Trad. Anthea Bell. Nova Iorque: Random House, 2004.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- YOUNG, James E. *At memory's edge: after-images in contemporary art and architecture*. Nova York: Yale University Press, 2000.
- WILKOMIRSKI, Binjamin. *Fragmentos. Memórias de uma infância 1939-1948*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em: 15/06/2010

Aceito em: 22/08/2010

Letrônica, Porto Alegre v.3, n.1, p.329, jul. 2010.

Contato: kelvin.klein@gmail.com